

Pessoal docente/Membro do Conselho Pedagógico

P: De uma forma sucinta, faça, por favor, uma apresentação de si próprio. Há quantos anos lecciona nesta escola? Faz parte de algum órgão directivo da escola?

R: Sou violonista, músico profissional, estou na Academia há cerca de três anos. Sou chefe de naipe numa orquestra profissional e estou a terminar a Licenciatura na área de Viola de Arco. Faço parte do Conselho Pedagógico (CP) da escola onde represento o grupo das cordas

P: Considera-se um professor activo e interventivo na vida da escola?

R: Como membro do CP tenho alguma intervenção, não muita. Acima de tudo zelo pelos interesses que interferem na qualidade da escola em si, nos assuntos que dizem respeito à parte pedagógica. Do que se discute neste órgão tento transmitir aos meus colegas das cordas que represento. Nesse aspecto considero-me uma pessoa activa. Tento manter-me o mais bem informado possível para algumas eventualidades, não só nos aspectos pedagógicos mas também nos aspectos legais que suscitam algumas dúvidas. Se temos que zelar pela qualidade, temos de estar actualizados. Acima de tudo tento manter um bom relacionamento entre colegas e por isso acho que contribuí para melhorar a qualidade. Para transmitir as directrizes do Conselho Pedagógico normalmente fazemos uma reunião de grupo por período. Estabeleço uma ligação entre os colegas e o CP e é neste órgão que explico aquilo que são as nossas dúvidas e propostas. Na relação pedagógica considero a existência de uma trilogia: aluno/professor/encarregado de educação. A não existência de um destes elementos prejudica claramente o processo educativo. Ao professor compete criar condições para que este triângulo funcione.

P: Os contactos que mantém com o director pedagógico/direcção pedagógica da escola são efectuados com que finalidade? Como procede para resolver assuntos de carácter administrativo? E pedagógico?

R: Tudo depende da gravidade do problema. Se houver uma boa relação entre os professores eu opto pela via menos burocrática possível. Abordo directamente a pessoa que, por norma, é a Directora Pedagógica ou então um dos outros elementos da direcção. Quando o assunto é mais de ordem administrativa dirijo-me então ao Director Executivo, raramente ou nunca me dirijo à Direcção Administrativa. Não vislumbro na escola alguém “iluminado” que saiba de tudo. Quando tenho alguma dúvida relativa ao ensino do instrumento, não tenho qualquer problema em recorrer a um colega mais velho com quem partilho a minha dúvida e me procuro esclarecer. Há problemas que se podem resolver no interior do grupo ou recorrendo à Directora Pedagógica, quando surge um problema mais subjectivo de ordem pedagógica. Numa última circunstância, quando o problema envolve os alunos recorro aos pais. Daí a trilogia de que falava que, na minha perspectiva se interliga com o ensino de qualidade. Muitos dos problemas ligados ao processo de ensino-aprendizagem residem no seio da família. Com os alunos prezo a franqueza e a honestidade. Quando tiver que dizer ao aluno que as coisas estão mal digo-lho clara e abertamente, mas quando o aluno está a realizar um bom trabalho não lhe nego uma palavra de estímulo e de satisfação. Desta relação tenho tido resultados animadores, os meus alunos são assíduos quer sejam alunos de viola quer sejam das classes de conjunto.

P: Os problemas e assuntos que coloca ao director pedagógico/direcção pedagógica têm sido por norma resolvidos ou eternamente adiados?

R: Sim, quer a resposta seja do meu agrado ou não. Normalmente, como disse, recorro à pessoa com mais experiência quando existem essas dúvidas.

P: Quando propõe algum assunto que considera de interesse para a vida da escola a sua opinião normalmente é aceite?

R: Por vezes há constrangimentos da própria escola que nos condiciona o andamento dessas ideias. Se são ideias viáveis no aspecto financeiro normalmente essas ideias são bem vistas. Por vezes há projectos que julgo

de grande interesse para a escola mas que são abandonados por falta de recursos financeiros. As coisas ou uma grande parte delas não se fazem de forma gratuita. Propus já a realização de intercâmbios com outras escolas. Isso seria bom para os nossos alunos porque permite conhecer outras escolas, outros colegas outros métodos de trabalho. Há escolas envolvidas num projecto de intercâmbio e que está a dar excelentes resultados. Gostaria de fazer parte desse projecto e este ano consegui com algum apoio da Academia integrar os alunos, mas veja, a escola não se fez representar oficialmente e eu próprio por compromissos já assumidos também não pude acompanhar os alunos. Resumindo, as actividades estão claramente dependentes do aspecto financeiro e não há nada a fazer. As ideias por mais interessantes que sejam acabam por morrer logo ali.

P: As decisões de âmbito pedagógico e administrativo determinadas pelos superiores hierárquicos têm sido geralmente bem aceites por todos ou têm sido contestadas?

R: Depende. Este ano há um problema grave; não, dois problemas. Foi introduzida uma alteração ao calendário escolar que não agradou nada e nós gostaríamos de saber se se vai manter ou não no próximo ano lectivo. Houve uma decisão de se prolongar por duas semanas o ano lectivo por forma a agradar aos pais, medida que gerou vários problemas. O CP não teve qualquer interferência nessa decisão. Para essas duas semanas “em excesso” pediu-se ao CP que pensasse nas actividades não lectivas a desenvolver. Outro problema é a questão dos vencimentos. Os professores querem saber se a questão financeira se manterá no próximo ano lectivo ou se haverá alterações. Nós vencemos doze meses quando outros colegas, noutras escolas, vencem catorze meses, aliás como é de lei. Há professores que ponderam sair. Nós não temos contrato. Deduzimos que estamos a ser pagos pelo contrato colectivo de trabalho. No início do ano, informaram-nos de que a situação financeira da escola não era a ideal e que durante este ano teria de haver restrições. As pessoas compreenderam e aceitaram. Aliás, por razões profissionais não estive presente nessa reunião mas aceitei a decisão da maioria. O que não está a agradar é continuarmos a não saber

o que irá acontecer no próximo ano, quais as previsões. As regras do jogo devem definir-se antes do jogo se iniciar e isto tem trazido desconforto. Falo por mim e pela voz dos meus colegas que inclusivamente registamos em acta o nosso desacordo pela situação contratual. Sei que o facto de ficar mencionado em acta gerou algumas reacções nos órgãos de direcção.

P: Considera haver na escola um ambiente favorecedor de práticas democráticas em que a participação dos diferentes actores na definição das políticas educativas é correntemente solicitada?

R: Muitas vezes as decisões já vêm de cima e o CP limita-se a tomar conhecimento. Tenho a minha opinião de que acima de tudo as pessoas devem privilegiar o diálogo, devem falar e a melhor forma de poder desburocratizar tudo é falar abertamente das questões. De certa forma concordo com a actual DP que tem vindo a assumir maior poder porque havia realmente certos aspectos que podiam ser considerados como uma anarquia. Não sou a favor de direcções ditatoriais mas de uma democracia com leis e regras bem definidas e fixas aplicáveis a todos sem excepção.

P: Em sua opinião quem define a estratégia da escola, o director pedagógico/direcção pedagógica ou a direcção administrativa? Quais destes actores reúne maior poder?

R: Talvez a DA o que é triste, falo mesmo da actual DA, porque o aspecto financeiro condiciona tudo. O discurso é sempre sobre as dívidas, os custos, as saídas e as entradas. Esta situação poderia ser perfeitamente ultrapassável se houvesse um relacionamento mais estreito entre o corpo docente e a direcção. Como lhe disse, estamos a chegar ao final do ano lectivo e continua a não haver novidades relativamente à nossa situação contratual. Lamento muito que hajam professores e bons professores que estejam a ponderar abandonar a escola, o que é grave porque esses professores são os que têm maior experiência, os que dão aulas há mais tempo, que têm classes grandes. Perder estes docentes pode contribuir para a instabilidade da escola.

P: Na sua perspectiva vê alguma vantagem na participação de actores externos na vida da sua escola, como pais e outros elementos da comunidade?

R: Pessoalmente não vejo qualquer problema na participação dos pais na vida da escola. Quem não deve não teme. Se a escola não tem nada a esconder também não tem que recear incluir nos órgãos de decisão da escola aqueles actores. A escola pode beneficiar dessa participação pois, por norma, a voz dos pais só é ouvida quando há reclamações. Para mim seria óptimo transmitir aos pais no CP que não há lógica nenhuma que um aluno depois de fazer um exame ou prova final ainda tenha que assistir a aulas, quando já não existe nenhuma motivação de parte a parte.

P: Na sua opinião quem sabe mais da vida da escola, sobre os alunos, os professores, os pais, etc.?

R: Eu centro muito a vida da escola no aluno. O reflexo da escola reside nos alunos e mais não digo.

P: Se por um dia lhe fosse concedido o poder de mudar algo na sua escola, o que faria preferencialmente?

R: Tentar ver onde está a escola, pôr os meus ideais e abrir o diálogo que consciente ou inconscientemente não existe. As pessoas não se podem manifestar muito. Compreendo que tenha de haver uma autoridade. Se tivesse que dar uma imagem da escola seria para mim muito difícil. No entanto, se considerar o ponto de vista dos pais, vejo a escola como um “galhardete” que se põe na lapela: “O meu filho estuda na Academia”. Na perspectiva dos alunos se considerarmos a opinião dos pais “martírio”. Quando estou na sala de aula com os alunos a escola é a minha casa, fora disso considero-a como uma burocracia ditatorial.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Agostinho Vieira, Junho/2003